

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ - CCCO  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

**JOÃO DANIEL GOMES NASCIMENTO**

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA  
DEMOCRACIA E DA AUTONOMIA: concepções dos representantes estudantis do  
Curso de Pedagogia do Centro de Ciências de Codó/CCCO**

Codó

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ - CCCO  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

**JOÃO DANIEL GOMES NASCIMENTO**

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA  
DEMOCRACIA E DA AUTONOMIA:** concepções dos representantes estudantis do  
Curso de Pedagogia do Centro de Ciências de Codó/CCCO

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de  
Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade  
Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Codó, como  
requisito para a obtenção de grau em Licenciatura em  
Pedagogia.

**Orientadora:** Profa. Ma Lucinete Fernandes Vilanova

Codó  
2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Gomes Nascimento, João Daniel.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA  
DEMOCRACIA E DA AUTONOMIA: : concepções dos representantes  
estudantis do Curso de Pedagogia do Centro de Ciências de  
Codó/CCCO / João Daniel Gomes Nascimento. - 2024.

46 p.

Orientador(a): Lucinete Fernandes Vilanova.  
Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,  
Universidade Federal do Maranhão, Ufma Codó, 2024.

1. Movimento Estudantil. 2. Pedagogia. 3. Ensino  
Superior. 4. Conscientização Política. 5. . I.  
Fernandes Vilanova, Lucinete. II. Título.

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA  
DEMOCRACIA E DA AUTONOMIA: concepções dos representantes estudantis do  
Curso de Pedagogia do Centro de Ciências de Codó/CCCO**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Codó, como requisito para a obtenção de grau em Licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Ma. Lucinete Fernandes Vilanova – (Orientadora)**  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/CCCO

---

**Profa. Dra. Cristiane Dias Martins – 1º Avaliadora**  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/CCCO

---

**Prof. Dr. Joelson de Sousa Morais – 2º Avaliador**  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/CCCO

Não poderia eu fazer diferente, do que dedicar essa monografia às e aos estudantes que nesse momento lutam e ocupam escolas, instituições de ensino superior e demais espaços públicos da educação, mostrando ações coletivas e fortalecendo o movimento afim de barrar o retrocesso. Dedico esta monografia às e aos estudantes de todo o Brasil que ocupam espaços e fazem parte do movimento estudantil e lutam por uma educação e um futuro melhor a todos e a todas

AGRADECIMENTOS

Com imenso prazer e extrema satisfação escrevo esses agradecimentos.

Primeiro agradeço a Deus, por ter me dado forças e capacidade para levar a termo minha graduação, ter estado comigo acalentando meu coração em todo o meu processo de formação.

Dedico a minha querida e amada mãe, Francisca Nascimento de Moraes, meu alicerce, minha base forte, que me ajudou a chegar ao ponto em que estou hoje, me incentivando e aconselhando.

Aos meus amados e saudosos familiares que me deixaram no decorrer dessa formação. A minha doce avó Julia Alexandre Oliveira, que foi meu abrigo seguro, meu amado avô João Batista Moraes, que me apoiou e ao meu querido pai, que me incentivou e cuidou de mim.

Aos meus amigos que me deram força, me incentivaram, me fizeram rir e fizeram minha caminhada mais leve. Beatriz Lopes, Beatriz Santos, Rana Carolina, Sabrina Silva, Sérgio Melo e Adriel Silva.

Aos “ufmores”, Anna Karoline, Ana Caroline, Arleane Machado, Joane Karla, Jordan Felipe, Joerlison Roniere, Lívia Cecília, Maria Eduarda e Sammia Karine.

A minha orientadora Lucinete Fernandes Vilanova, que esteve junto a mim desde o primeiro período, com uma relação maior que apenas professor-aluno, uma relação de amizade recíproca.

Aos meus professores que acreditaram em mim desde o ensino fundamental ao superior.

A quem duvidou, e com muita satisfação digo, eu consegui e nunca foi sorte “queridos(as)”.

Muito obrigado a vocês, por tudo!

“Escola não transforma a realidade, mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazer a transformação da sociedade, do mundo, de si mesmos”.

(Paulo Freire)

## RESUMO

A história nos mostra que os movimentos estudantis já ocuparam muitas lutas, desde as manifestações antifascistas, a campanha nacionalista pelo monopólio do petróleo, cujo resultado foi a criação da Petrobrás, a luta contra a ditadura e “as Diretas Já”. Nessa perspectiva, compreende-se que a importância do movimento estudantil ocorre por ele estar inserido em um espaço propício ao pensamento crítico e reflexivo. O objetivo geral, portanto, compreende em analisar em que medida o movimento estudantil apresenta-se como espaço de construção da democracia e da autonomia no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, do Centro de Ciências de Codó. Logo, os objetivos específicos são: identificar as concepções de protagonismo estudantil numa perspectiva democrática e humanizadora; discutir acerca dos desafios e possibilidades do protagonismo estudantil no ensino superior e verificar as concepções sobre o protagonismo estudantil pela perspectiva dos representantes de turma do Curso de Pedagogia. A metodologia utilizada foi do tipo bibliográfica de campo com abordagem qualitativa. Buscamos discutir inicialmente, sobre o movimento estudantil no ensino superior, traçamos um pouco seu percurso histórico no cenário brasileiro; o analisamos com base na perspectiva democrática e humanizadora, ou seja, o desenvolvimento de ações democráticas e inclusivas; tratamos de alguns desafios enfrentados pelas lutas estudantis dentro no cenário universitário e possibilidades para o seu fortalecimento enquanto movimento social. Para fundamentar essas discussões nos apoiamos em autores como: Bourdieu e Passeron (1970), Costa (2000), Silva (2021), Freire (2016), Araújo (2017), dentre outros. Com base na pesquisa de campo, pudemos constatar que o movimento estudantil do CCCO apesar de dispor de uma representação importante, atualmente, ainda apresenta muitas dificuldades para funcionar como uma luta em prol dos direitos coletivos. Compreendemos ser ele uma ação, um movimento, uma luta que possibilita o desenvolvimento de comportamentos de liderança, pensamento crítico e capacidade de comunicar.

**Palavras-chave:** Movimento estudantil; Pedagogia; Ensino Superior; Conscientização política.

## ABSTRACT

History shows us that student movements have already taken part in many struggles, from anti-fascist demonstrations, the nationalist campaign for the oil monopoly, which resulted in the creation of Petrobrás, the fight against the dictatorship and the “Direct Elections Now”. From this perspective, it is understood that the importance of the student movement occurs because it is inserted in a space conducive to critical and reflective thinking. The general objective therefore involves analyzing to what extent the student movement presents itself as a space for the construction of democracy and autonomy in the Pedagogy Course of the Federal University of Maranhão, at the Codó Science Center. Therefore, the specific objectives are: to identify the concepts of student protagonism from a democratic and humanizing perspective; to discuss the challenges and possibilities of student protagonism in higher education; and to verify the concepts of student protagonism from the perspective of class representatives of the Pedagogy Course. The methodology used was a bibliographic field study with a qualitative approach. We initially sought to discuss the student movement in higher education, tracing its historical path in the Brazilian scenario; analyzing it based on the democratic and humanizing perspective, that is, the development of democratic and inclusive actions; addressing some challenges faced by student struggles within the university scenario and possibilities for its strengthening as a social movement. To support these discussions, we relied on authors such as: Bourdieu and Passeron (1970), Costa (2000), Silva (2021), Freire (2016), Araújo (2017), among others. Based on field research, we were able to verify that the CCCO student movement, despite having an important representation, currently still presents many difficulties in functioning as a struggle for collective rights. We understand that it is an action, a movement, a struggle that enables the development of leadership behaviors, critical thinking, and the ability to communicate.

**Keywords:** Student movement; Pedagogy; Higher education; Political awareness.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>CAMINHOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>11</b>
<b>3</b>	<b>COMPREENDENDO UM POUCO SOBRE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR.....</b>	<b>12</b>
<b>3.1</b>	<b>Um pouco da história dos movimentos estudantis no Brasil.....</b>	<b>12</b>
<b>3.2</b>	<b>O movimento estudantil numa perspectiva democrática e humanizadora.....</b>	<b>16</b>
<b>4</b>	<b>DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR.....</b>	<b>19</b>
<b>4.1</b>	<b>Implicações do Currículo na formação do protagonismo estudantil .....</b>	<b>19</b>
<b>4.2</b>	<b>O professor como gerador de transformação.....</b>	<b>23</b>
<b>4.3</b>	<b>Ações impulsionadoras do Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia para o fortalecimento do movimento estudantil.....</b>	<b>25</b>
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>29</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>43</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A educação superior desempenha um papel fundamental no desenvolvimento pessoal de um indivíduo e profissional em uma sociedade. Em nível educacional, as instituições de ensino superior têm como um de seus objetivos e finalidade, a formação do indivíduo para a atuação responsável como cidadão em sociedade e no ambiente profissional. Ela proporciona novas possibilidades, por meios desta os indivíduos podem explorar áreas de interesse, trabalhar habilidades individuais e coletivas, debater assuntos de cunho social relacionados ou não à sua área de formação e estimular pensamentos críticos, sendo estas algumas das habilidades indispensáveis para viver em sociedade.

A educação superior também desempenha um papel importante na promoção da equidade. Ao proporcionar pensamentos críticos, discussões e informações para os indivíduos em formação, logo, formará cidadãos que farão a diferença nas disparidades das desigualdades sociais.

O processo de formação e desenvolvimento de um indivíduo não se relaciona apenas com a escola, ou quando se chega às instituições de ensino superior. O indivíduo, a partir do momento que é concebido, permeia por diversas experiências que serão em algum momento de sua vida, responsáveis por sua formação pessoal, seja no âmbito escolar, círculo pessoal de amizades ou familiar.

O processo de formação nas instituições de ensino superior exige desde o primeiro momento responsabilidade e articulação dos estudantes dentro curso e da instituição, essas ações farão parte da sua formação, ao passo que o indivíduo exerce instinto investigativo e crítico, instintos esses, que refletirão no seu convívio social fora da universidade. Logo, há necessidade de conhecer os caminhos que levam ao movimento estudantil, entender a importância desse processo dentro da universidade e perceber os reflexos dessas ações em sociedade.

Nas instituições de ensino superior, uma forma de vivenciar experiências de liderança e cidadania, além da representação de classe, organização de eventos acadêmicos/culturais, pode-se destacar o Centro Acadêmico (CA). Este requer do universitário um posicionamento ativo e um olhar minucioso e preciso que ultrapasse o ambiente institucional. Dessa forma, essa entidade estudantil que representa os alunos e que é formada pelos alunos ativos de cada curso, auxilia no processo de

desenvolvimento dos próprios que o compõe, exercendo em suas atividades, criatividade, criticidade e liderança, habilidades que lhes proporcionarão destaque no mercado de trabalho e profissionalmente. Nesse sentido é extremamente importante para o indivíduo, pois o ajudará a avançar profissionalmente e se estabelecer economicamente na sociedade capitalista.

Frente a essas questões, o interesse por essa temática surgiu a partir das práticas vivenciadas por mim, na representação estudantil do curso de Pedagogia do Centro de Ciências de Codó da Universidade Federal do Maranhão, como: a organização de atividades acadêmicas e culturais, participação em congressos de educação, liderança de classe, participação em colegiados de curso desde 2022 a 2024.

Nessa perspectiva, essa pesquisa teve como questão norteadora: em que medida o movimento estudantil apresenta-se como espaço de construção da democracia e da autonomia no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, do Centro de Ciências de Codó?

O objetivo geral, portanto, compreende em analisar em que medida o movimento estudantil apresenta-se como espaço de construção da democracia e da autonomia no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, do Centro de Ciências de Codó. Logo, os objetivos específicos são: identificar as concepções de protagonismo estudantil numa perspectiva democrática e humanizadora; discutir acerca dos desafios e possibilidades do protagonismo estudantil no ensino superior e verificar as concepções sobre o protagonismo estudantil pela perspectiva dos representantes de turma do Curso de Pedagogia.

O trabalho está estruturado em seis seções. Sendo a primeira constituída por essa introdução. A segunda seção, traça os caminhos metodológicos que optamos para a construção desse estudo. A terceira seção, aborda sobre o movimento estudantil no ensino superior, descrevemos um pouco do seu histórico no contexto brasileiro e discutindo-o a partir da perspectiva democrática e humanizadora. Os desafios e as possibilidades do movimento estudantil no ensino superior foram abordados na quarta seção. Na quinta seção, apresentamos os resultados e as análises da pesquisa de campo realizada com os representantes estudantis do Curso de Pedagogia.

## 2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para a realização de qualquer trabalho científico, faz-se necessário lançar mão de alguns procedimentos metodológicos que segundo Cervo (2002), deve incluir as concepções teóricas de abordagem, isto é, o conjunto de técnicas que possibilitam compreender a realidade e a contribuição do potencial criativo do pesquisador. É o caminho do pensamento e a prática exercida no processo de apreensão da realidade. Para a realização dessa pesquisa fizemos uso da pesquisa bibliográfica e de campo numa abordagem qualitativa.

Optamos pela abordagem qualitativa considerando que a partir dela é possível trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001).

A pesquisa bibliográfica se justifica por ser ela, segundo Fonseca (2002) realizada [...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

De forma a entender como o movimento estudantil se apresenta em situações concretas no curso de Pedagogia, optamos pela pesquisa de campo, pois, a mesma se caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (Fonseca, 2002).

O campo de nossa pesquisa foi o Curso de Pedagogia do Centro de Ciências de Codó, localizado à Avenida José Anselmo, 2008 - Codó, MA.

Os participantes foram 06 (seis) representantes estudantis do Curso de Pedagogia, sendo eles: 01 (um) líder e 01 (um) vice-líder do 2º período; 01 (um) líder do 4º período; 01 (um) líder e 01 (um) vice-líder do 6º período; 01 (um) vice-líder do 8º período. Considerando que o curso de Pedagogia, atualmente, dispõe de 04

(quatro) turmas, buscamos escutar representantes de todas as turmas. Desses sujeitos, 03 (três) eram do sexo feminino e 03 (três) do sexo masculino.

Utilizamos o questionário como instrumento de coleta de dados. Para Gil (2002), o questionário é a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc. O questionário foi criado e aplicado pela plataforma Google Forms no mês de agosto de 2024, constituído de 10 (dez) perguntas com questões abertas e fechadas.

Quanto à análise de dados, optamos pela abordagem teórico-reflexiva. Nesse momento da pesquisa, buscamos como analisa Gil (1999), organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. A partir da interpretação nos propomos buscar um sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante a interrelação com estudos realizados anteriormente.

### **3. COMPREENDENDO UM POUCO SOBRE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR**

Buscamos nesta seção, contextualizar historicamente a representação estudantil no Brasil e em momento posterior, trazemos uma discussão sobre o protagonismo estudantil tendo como base a perspectiva democrática e humanizadora.

Deve-se salientar que anterior a esse período, os órgãos de representação estudantil das instituições de ensino superior, assim como as normativas que os regeram e regem, já haviam sido consolidadas. Pode-se destacar o decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, sobre o primeiro governo de Getúlio Vargas (Brasil, 1931).

O decreto em questão, formulado a mais de um século, previa, no item “d” do art. 22, uma cadeira de representação no Conselho Universitário ao discente ocupante da presidência do Diretório Central dos Estudantes (DCE) em cada universidade. Já no art. 93, no item “h”, assegurava os estudantes “o direito de construir a associação de classe para a defesa dos interesses gerais para tornar agradável e educativa à vida da coletividade” e o art. 107 tratava a sobre a construção do diretório Central dos

Estudantes (DCE), que poderia ser disposto para “coordenar e centralizar toda a vida social dos corpos discentes da instituição de ensino superior” (Brasil, 1931).

O Decreto nº 37.613 de 19 de julho de 1955 sobre a presidência de João Café Filho, tem notória influência nas organizações estudantis, assegurava a possibilidade de organização do DCE, manteve a existência obrigatória de associações estudantis para o conhecimento e equiparação do estabelecimento de ensino (Brasil, 1955). Contudo, apesar de conceder mais autonomia ao funcionamento dessas associações, sua aprovação ainda estava submetida ao Conselho Técnico Administrativo de cada instituição e, em caso de conflitos, a última palavra caberia então ao Ministério de Educação e Cultura, à época (Brasil, 1955)

Uma das medidas criadas para fiscalizar movimento estudantil foi a elaboração da lei nº 4.464 de 1964, conhecida como Lei Suplicy Lacerda que determina:

[...] a substituição da UNE pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), das Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) pelos Diretórios Estaduais Estudantis (DEE), dos Centros Acadêmicos pelos Diretórios Acadêmicos. A lei interferia na autonomia das entidades, submetendo-as diretamente à autoridades acadêmicas e ao Estado (Pelegri, 1997, p.124)

Alguns movimentos como o de contracultura, feministas; libertação sexual, movimentos de independência nas colônias europeias, movimento estudantis em vários países; protestos e luta contra a ditadura militar no Brasil compreendem alguns dos movimentos que marcaram a década de 60.

Entender o que é e como surgiu o momento estudantil que conhecemos hoje em nosso país, faz-se necessário para que se possa entender o cerne e as implicações dessa discussão, assim como a importância que a muitos, ainda não é perceptível.

(...), O movimento estudantil empreendia uma dupla luta política: por um lado, a luta pela reconstrução de suas entidades representativas principalmente a UNE, desmantelada (...). Por outro, a participação na luta política do país. Seguindo de perto a orientação das organizações de esquerda presentes no movimento estudantil, este levantava a bandeira de luta pelas liberdades democráticas (Araújo, 2017, p. 213).

A organização com caráter nacional do movimento estudantil se dá através da União Brasileira dos Estudantes (UNE), fundada em 11 de agosto de 1937, esse é o órgão responsável para representar os estudantes brasileiros. Surgiu no período que se dava início a Segunda Guerra Mundial e teve função importante durante os conflitos

que surgiram no Brasil. Segundo Araújo (2007, p. 21), a UNE é uma entidade de caráter social e político que reúne um grande número de estudantes, pertencentes a diferentes grupos com diversas tendências políticas e ideológicas. E cada um desses grupos possui uma versão ímpar da trajetória da entidade.

De 1936 a 1964, o movimento estudantil no Brasil consolidou-se como uma força política ativa e engajada, representada principalmente pela criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937. Durante o Estado Novo, os estudantes enfrentaram repressão, mas, com a redemocratização pós-1945, ampliaram sua atuação política, alinhando-se a causas nacionalistas, como a defesa do controle estatal do petróleo na campanha "O Petróleo é Nosso". Na década de 1960, o movimento tornou-se ainda mais influente, exigindo reformas na educação e apoiando as "reformas de base" propostas pelo governo de João Goulart. Contudo, o golpe militar de 1964 trouxe uma onda de repressão, colocando a UNE na ilegalidade e forçando o movimento estudantil a atuar na clandestinidade.

O movimento estudantil tem marcado e marcou o contexto político brasileiro, através de suas lutas por melhoria educacional, igualdade de racial, de gênero, direitos civis, e liberdade democrática, reivindicações que ganharam força e destaque no período do governo militar de 1964 a 1985. Muitos foram os debates em torno da democracia, esses interrompidos pelo golpe de 1964 que instaurou a ditadura militar no país. Os estudantes participaram ativamente desse debate em diferentes momentos, a exemplo temos: Campanha "o petróleo é nosso", Reforma Universitária, Campanha pelas Reformas de Base. Durante todo o período democrático de 1945 a 1964 a UNE foi um ator político importante, influente, criativo e corajoso (Araújo, 2017).

Foi um período de muita resistência por seus direitos e ações repressores por parte do Estado, muitos estudantes foram perseguidos e mortos. Os ataques do estado tinham por finalidade acabar com os movimentos estudantis, que se opunham à ideologia e ações do governo e ainda, atraíam outros grupos sociais, aliando-se e mantendo-se em resistência. Havia também grande influência social, cultural e política proveniente dessas organizações.

Nesse cenário, os estudantes se mantiveram sobre o olhar atento do Governo, sendo controlados pelos militares, que fiscalizavam qualquer tipo de manifestação contrária ao governo, destruindo assim toda a liberdade e força do movimento.

Após muitas lutas, protestos e com o fim do Regime Militar em 1985, o movimento estudantil voltou a desempenhar um papel central na luta por direitos e pela redemocratização do país. Com a redemocratização, as entidades estudantis, como a UNE, foram reestruturadas e ganharam força novamente. Nos anos 1980, o movimento estudantil participou ativamente da campanha pelas “Diretas Já” que exigia eleições diretas para presidente. Embora essa demanda não tenha sido imediatamente atendida, a mobilização popular foi um marco para o fim do regime militar e a criação da Constituição de 1988.

Nessa nova conjuntura, a grande campanha política que mobilizou os estudantes e toda a sociedade foi a campanha pelas eleições diretas para a presidência da República: as “Diretas já!”. A campanha animou enormes comícios e manifestações em várias capitais (Araújo, 2017, p. 241)

Nos anos seguintes, o movimento estudantil continuou sua atuação em diversas frentes, como a luta contra o aumento das mensalidades nas universidades particulares, a defesa da educação pública e gratuita e a participação em debates políticos mais amplos, como o impeachment do presidente Fernando Collor em 1992. Esse episódio ficou marcado pelo envolvimento massivo de estudantes, conhecidos como “caras-pintadas”, que protestaram em todo o país pedindo a saída do presidente envolvido em um escândalo de corrupção.

Desde então, o movimento estudantil brasileiro tem se mantido ativo em questões como o acesso à educação, a luta contra a privatização de universidades públicas e o combate às políticas que afetam negativamente os estudantes e o ensino. Nos anos 2000, os estudantes também se mobilizaram em torno de pautas mais amplas, como a defesa dos direitos humanos, questões ambientais e políticas de inclusão social, como o sistema de cotas nas universidades públicas.

O movimento estudantil no Brasil tem marcas muito fortes, é unitário. Com toda essa briga de correntes que disputavam com muita força, nunca movimento se dividiu, nunca teve duas UNEs, nunca teve estudantes criando outra entidade estudantil. Há um prestígio muito grande e um sentimento de unidade muito grande entre os estudantes brasileiros (Araújo, 2017, p. 255)

Assim, o movimento estudantil no Brasil, após o fim da ditadura, consolidou-se como uma força política importante na defesa da democracia, da justiça social e da educação, sendo protagonista em diversas lutas e mantendo sua relevância nas transformações sociais e políticas do país.

Analisando o contexto histórico nacional, nota-se mudanças extremas nos cenários sociais e educacionais, visto que a educação não era para todos, uma vez que homens pobres, mulheres, negros, pessoas escravizadas e indígenas eram excluídos dos processos de desenvolvimento social, como cidadãos pensantes e de voz ativa na sociedade. Havia elitização exacerbada nos cenários sociais e educacionais.

O regime ditatorial instaurado pelo golpe militar de 1964 no Brasil, trouxe impactos significativos para a educação brasileira, intervindo na liberdade acadêmica e na diversidade de ideias. A repressão e retaliação resultou no desaparecimento e morte de estudantes, professores e pensadores dentre outras pessoas que evadiram do país em busca de liberdade, tornando-se exilados. Mas, o que tudo isso tem a ver com o estudantil? Esses momentos da história brasileira deixam claro a importância do papel da democracia, da educação, do pensamento crítico e da politização dos indivíduos na sociedade.

Atualmente, duas legislações legislam de forma mais ampla sobre a representação estudantil no Brasil: a Lei nº 7.395/1985 e a Lei nº 9.394/1996.

A Lei nº 7.395/1985 foi responsável pela reformulação dos órgãos de representação estudantil lhes assegurando autonomia de organização e funcionamento com base nos seus estatutos, aprovados em assembleia geral ou congressos. Sacramentou o papel da União Nacional dos Estudantes como entidade representativa do conjunto dos estudantes das Instituições de Ensino Superior (IES) no país, bem como das Uniões Estaduais do Estudantes em nível estadual e do Distrito Federal. Cumpre salientar que esta peça legislativa introduziu ainda o conceito dos Centros Acadêmicos (CAs) paralelamente aos Diretórios Acadêmicos (DAs), cuja função é basicamente a mesma (BRASIL, 1985 apud Nunes, 2022, p. 264).

Quanto à LDB 9.394/96 contempla em seu Art. 56, que as instituições públicas de educação superior deverão obedecer ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados e deliberativos, de que deverão participar os segmentos da comunidade institucional, local e regional (Brasil, 1996).

### **3.2 O movimento estudantil numa perspectiva democrática e humanizadora**

O conceito de protagonismo estudantil segundo Gomes (2000) tem origem nas artes cênicas da cultura grega, do latim: “proto” que significa; “principal”, “agonistes”; que significa “lutador” ou “competidor”, refere-se ao principal personagem e mais

importante de uma obra. Com o passar do tempo, o termo se expandiu a outras áreas, sempre com o mesmo sentido. No que se refere a educação, o protagonismo estudantil, faz com que o aluno se destaque, sendo personagem de participação ativa e responsável em seu contexto, à frente das tomadas de decisões, sendo protagonista do próprio processo de aprendizagem. Esse processo, instiga os estudantes a saírem da zona de conforto e buscarem a criticidade de forma atuante, não mais recebendo informações de forma mecânica, mas trabalhando ativamente para a transformação dos contextos e ambientes que os cercam.

A efetiva ocorrência do protagonismo estudantil se dá quando os discentes conseguem tomar decisões, fazer escolhas e conduzir, de alguma maneira as atividades. Dessa forma, o protagonismo permite que o aluno saia do papel de aluno receptor para aquele que participa e constrói seu processo de aprendizagem (Arruda et al., 2017, p. 580).

Essa fala reafirma a importância do fortalecimento desse movimento nas instituições de ensino, pois através dele pode-se estabelecer ambientes democráticos e indivíduos politizados, agentes de transformação social.

Considerando os variados contextos existentes na sociedade, a habilidade de lidar com pessoas e a pluralidade de ideias, definitivamente é necessária para que haja um ambiente democrático dentro das instituições de ensino básico e superior.

Para que se possa garantir normativas que legitimem o processo de aprendizagem em diferentes contextos sociais nas instituições de ensino superior, existem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Superior (DCNs), voltadas para a criação e regulação dos currículos acadêmicos. Seu objetivo é garantir que a educação superior seja igualmente ofertada em todas as instituições, tornando-se parâmetro de referência para a elaboração dos programas acadêmicos de cada curso. As instituições de ensino têm por sua vez, a autonomia para complementar as diretrizes de acordo com as suas próprias particularidades. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, a educação deve promover o respeito à liberdade e valorizar a tolerância como princípios fundamentais para a formação dos cidadãos brasileiros (Brasil,1996). Entende-se aqui que as instituições devem se estabelecer como ambientes democráticos.

As ações desenvolvidas pelo Centro Acadêmico (C.A) nas instituições de ensino superior, devem ter e promover o caráter democrático e humanizador, pois compreende um ambiente com uma pluralidade de ideias. Os Centros Acadêmicos

precisam assumir o compromisso considerando que uma de suas principais atribuições consiste representar seus pares, de forma igualitária e respeitosa, promovendo sempre o bem estar do grupo e mobilizando os alunos para que estes pensem ações, compreendam a posição em que estão, a força política que podem assumir e a tomada de decisões que podem incitar coletivamente. A respeito disso, corroboramos com Costa (2000, p.126) ao defender que,

O protagonismo estudantil é uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política em que estão inseridos [...] assim, o protagonismo juvenil, tanto quanto um direito, é um dever dos adolescentes (Costa, 2000, p.12).

Ao pensar o movimento estudantil numa perspectiva democrática e humanizadora, deve-se considerar diversos aspectos: políticos, socioculturais, institucionais, estruturais, inclusivos, dentre outros. Promover um ambiente inclusivo, apesar de ser um tema discutido e necessário, não é realidade em todos os ambientes, sejam eles quais forem: ambientes escolares, sociais, profissionais e familiares.

No que diz respeito às instituições de ensino superior, os Centro Acadêmicos (C.As) devem reivindicar esses direitos, que por vezes, são colocados de lado, políticas de ações afirmativas e sistemas de reservas de vagas ressignificam a cultura universitária. Para que a inclusão seja possível, é necessária uma interrelação cooperativa entre os indivíduos envolvidos nesse cenário. A discussão por inclusão nesse contexto, não se pauta somente em acessibilidade arquitetônica, ou seja, não apenas buscar melhorias estruturais, mas incluir todas pessoas nos processos de tomadas de decisões, planejamento e execução de ações.

Nas últimas décadas, tanto na legislação mais ampla, quanto nas políticas educacionais, foi intensa a ação do governo federal para a área de educação especial, mas este evidente destaque também é resultado da mobilização das organizações civis, ligadas direta ou indiretamente às questões que afetam as pessoas com deficiência (Matos; Mendes, 2015, p. 10).

Além do olhar inclusivo, instaurar o ambiente democrático e laico é necessário, visto os diferentes pontos de vista, uma vez que a coletividade é um ponto chave nesse contexto. Adrião e Camargo (2007, p. 70) salientam que:

A democracia como princípio articula-se ao da igualdade ao proporcionar, a todos os integrantes do processo participativo, a condição de sujeitos expressa no seu reconhecimento como interlocutor válido; como método, deve garantir a cada um dos participantes iguais poder de intervenção e decisão, criando mecanismos que facilitem a consolidação de iguais possibilidades de opção e ação diante dos processos decisórios (Adrião e Camargo, 2007, p. 70).

O movimento estudantil é uma ação crítica e reflexiva advinda da organização dos estudantes, acima de tudo é um ato de humanização e cuidado pessoal com o próximo. Segundo Bazzara (2006, p. 08)

Humanizar é crer, é confiar no ser humano. E estar disposto permanentemente, engrandecendo em todos e em cada um de nossos alunos, a globalidade de suas potencialidades, isto é, aumentar neles o potencial de inteligência, de sensibilidade, de solidariedade e de ternura que se esconde em sua humanidade (Bazzara, 2006, p.08).

A participação efetiva dos discentes além de importante para o crescimento do movimento, fortalece o processo de reivindicações de direitos. A execução dessas atividades, beneficiam os próprios alunos, futuros alunos, professores e as comunidades acadêmica e social. Exercer a criticidade através do protagonismo estudantil, é exercer a cidadania, rumo a emancipação pessoal e política.

#### **4. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR**

Para que se possa chegar ao cerne dessa discussão, é necessário entender as várias facetas sociais que cercam a educação, discutir sobre o processo de formação dos estudantes na educação básica, entender os contextos sociais em que os estudantes estão inseridos, entender os preceitos de funcionamento da instituição do ensino superior e as particularidades da grade curricular dos cursos, para discutir as práticas de incentivo dentro da instituição.

Para pensar as possibilidades de desenvolvimento e efetivação das ações estudantis, primeiro precisa-se descobrir, entender e discutir as problemáticas que dificultam o processo do movimento estudantil, a ausência de formação crítica dos indivíduos na sociedade. Mas, por onde começar?

##### **4.1 Implicações do Currículo na formação do protagonismo estudantil**

O currículo está ligado intimamente ao processo de ensino, aprendizagem e à inclusão dos estudantes dentro dos cursos de graduação, dispõe de propostas pedagógicas, organização de diferentes mecanismos de aprendizagem e possíveis reorganizações curriculares. Discutir o currículo na atualidade implica levar em consideração mudanças sociais, estruturais e exigências profissionais. Como afirma Zabala (2002, p. 53), “o currículo [...] precisa oferecer os meios para possibilitar a análise da situação mundial, criando uma consciência de compromisso ativo [...] possibilitando os instrumentos para a intervenção na transformação social”.

A educação no Brasil é estabelecida pela Constituição Federal de 1988 e também pela Lei LDB 9.393/96, ambas estabelecem as normas, diretrizes e princípios a serem seguidos na educação do país. A partir delas surgem políticas públicas voltadas para a regulamentação, implementação e fiscalização do sistema educacional brasileiro. Atualmente, o currículo da educação básica está sendo regulamentado e orientado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esta consiste em um documento que estabelece as competências, conhecimentos e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes durante sua trajetória escolar. Para que o desenvolvimento aconteça plenamente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca a importância de uma educação que reconheça e respeite as diferenças individuais dos estudantes, promovendo uma formação integral e inclusiva (Brasil, 2018). O documento propõe que o currículo escolar leve em consideração as singularidades de cada aluno, oferecendo oportunidades para desenvolver suas habilidades, interesses e potenciais, contribuindo assim, para sua realização pessoal e social.

A BNCC define competências que os jovens devem desenvolver ao longo de sua trajetória escolar, propõe que os alunos sejam protagonistas de seus próprios aprendizados, isso implica a capacidade de perceber-se sujeito ativo da sua vida de forma consciente, responsável e crítica de forma individual e coletiva. Tais competências ao serem construídas na educação básica, precisam ser ampliadas na continuidade dos estudos, a exemplo, no ensino superior, que por vezes é difícil debater determinados assuntos nas universidades, justamente reprodução social que acontece nas escolas. O que se espera é que o contexto educacional proporcione projetos e práticas pedagógicas favoráveis para que os alunos construam a autonomia

e a compreensão acerca das diversidades que envolvem o contexto social em que estão inseridos.

Por sua vez a BNCC também é alvo de muitas críticas e controvérsias, uma vez que não visão de parte dos professores, ela deslegitima a realidade cultural e social de cada escola com o discurso de equidade e democratização um fazendo um currículo único, impondo as escolas o que elas têm que fazer, aos estudantes o que aprender e aos professores o que ensinar, não contempla os interesses e realidade dos alunos, fere a autonomia do Projeto Político Pedagógico da escola previsto em lei. Uma ampla discussão, tendo quem a defende e a reprova.

O discurso de igualdade e respeito às diferenças no contexto escolar é atraente, na prática, o sistema social e educacional são em parte, excludentes. O sociólogo francês Pierre Bourdieu utiliza a expressão "capital cultural" para analisar situações de classe na sociedade. O capital cultural se caracteriza em conhecimentos, valores, habilidades dos indivíduos, que seriam adquiridos ao longo da vida por meio da educação formal e informal. Ele salienta também, que o capital cultural desenvolve papel importante na reprodução das desigualdades sociais, pois, aqueles indivíduos que têm capital elevado se sobressaem em relação a outros, visto que, estes possuem maior vantagem de acesso a recursos e oportunidades em sociedade. "Fazendo hierarquias sociais parecerem estar baseadas em hierarquia de "dons", mérito ou habilidade, o sistema educacional preenche a função de legitimação da ordem social" (Bourdieu, 1977 p.496).

Esta afirmação salienta as disparidades do currículo oculto e explícito, O currículo explícito é o conjunto de conhecimentos, habilidades e conteúdos planejados e organizados formalmente pelas escolas, com base em diretrizes pedagógicas e planos de ensino. É aquele currículo visível e documentado, que inclui disciplinas como matemática, ciências e literatura, com objetivos claros e uma sequência lógica de aprendizagem.

Por outro lado, o currículo oculto se refere aos ensinamentos que ocorrem de maneira indireta, muitas vezes sem que sejam formalmente reconhecidos. Ele envolve os valores, atitudes e comportamentos que os estudantes absorvem ao longo da convivência escolar. Esse aprendizado pode estar implícito nas interações sociais, na forma como a escola organiza seu espaço e nas expectativas que professores e colegas estabelecem. Embora não seja parte do conteúdo formal, o currículo oculto exerce grande influência sobre o desenvolvimento pessoal e social dos alunos,

moldando suas percepções e comportamentos para além do conhecimento acadêmico.

Com isso dentro da sala de aula são cobradas dos alunos, habilidades e competências, que dentro de contextos sociais diferentes, os alunos que têm acesso à informação e a cultura moderna são classificados como “habilidosos” e “inteligentes”, e os alunos com capital baixo, tem sua cultura desvalorizada dentro do currículo escolar, pois, não se enxergam nele e são muitas vezes denominados “burros”. Segundo (Bourdieu e Passeron, 1970 apud Silva 2021, p.35).

O currículo da escola está baseado na cultura dominante: ele se expressa na linguagem dominante, ele é transmitido através do código cultural dominante. As crianças das classes dominantes podem facilmente compreender esses códigos, pois durante toda a sua vida elas estiveram imersas, o tempo todo do nesse código. Esse código é natural para elas. Elas se sentem à vontade no clima cultural e afetivo construído por esse código. É seu ambiente nativo. Encontre-se, para as crianças e jovens das classes dominadas, esse código é simplesmente indecifrável. Eles não sabem do que se trata. Esse código funciona como uma linguagem estrangeira: é incompreensível.

Isso reafirma e mantém o “status quo” na sociedade, fazendo com que os alunos mais privilegiados dominem, em contrapartida, se estabelece como dissimulado os alunos desprivilegiados de capital cultural. Bourdieu classifica essas ações como “arbitrário cultural dominante”, ou seja, uma cultura que se sobrepõe a outra. Silva e Moreira (1994, p. 8) salientam que o currículo não é neutro na transmissão do conhecimento social.

O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (Silva e Moreira, 1994, p.8)

Se o currículo é um instrumento de reprodução de classes sociais, privilegiando uns em detrimento de outros, segundo (Althusser, 1970, apud Silva 2021, p. 30) “o primeiro mecanismo está a cargo dos aparelhos repressivos de estado (a polícia, o judiciário); o segundo é responsabilidade dos aparelhos ideológicos do estado (a religião, a mídia, a escola, a família)”, para ele, as características da sociedade estão presentes no currículo e são reproduzidas através dele de forma direta e indireta, e nas matérias e disciplinas que são ministradas nas escolas. Dessa forma, cabe à escola reproduzir os conhecimentos dominantes, pois ela abrange “toda” ou a maior

parcela da população por um longo período da vida, assim, fazendo com que as classes subordinadas continuem inclinadas à submissão e a obediência, na contramão, a classe dominante aprende a comandar e a controlar, contribuindo assim, para a manutenção do status quo. Nessa perspectiva, o currículo está diretamente ligado às normas sociais e de certa forma, acaba por definir como os indivíduos precisam se comportar em sociedade.

Outro aspecto importante a considerar a partir dessas discussões está apoiado no pensamento de Bwoles e Gintis (1970 apud Silva, 2021, p. 32) que “introduzem o conceito de correspondência para estabelecer a natureza da conexão entre a escola e a produção.” Tem-se aqui uma ambiguidade, por um lado temos os que administram e comandam, definem as ações a serem executadas de forma autônoma, de outro, aqueles que são comandados, que pela força do trabalho, precisam executar pela obediência, pontualidade, confiabilidade o que foi planejado. “É, pois, através de uma correspondência entre as relações sociais da escola e as relações sociais do trabalho que a educação contribui para a reprodução das relações sociais de produção da sociedade capitalista” (Bwoles e Gintis, 1970 apud Silva, 2021, p. 32).

Frente a essa realidade, ainda nos deparamos com o currículo escolar tradicional que tem se mostrado insuficiente para enfrentar as demandas da sociedade contemporânea, muitas vezes falhando em preparar os estudantes para um mundo em constante mudança. Um dos principais problemas é sua rigidez e padronização, que promovem uma visão unidimensional do conhecimento. Esse currículo não leva em conta as diversas experiências e contextos culturais dos alunos, resultando em uma educação que se distancia da realidade vivida por eles. A ênfase excessiva em disciplinas exatas e tecnológicas em detrimento das artes, humanidades e educação física cria um desequilíbrio na formação dos alunos.

Tal perspectiva negligência o desenvolvimento integral, essencial para formar indivíduos completos, emocional e socialmente equilibrados. A formação integral deve abranger não só o cognitivo, mas também o emocional e o físico, reconhecendo que todas essas áreas são interdependentes e igualmente importantes. Outro aspecto crítico é a falta de espaço para o desenvolvimento do pensamento crítico e do diálogo.

A escola continua a valorizar o currículo que prioriza a mera transmissão de conhecimentos, em vez de estimular a reflexão, a análise e a construção autônoma. Este modelo transforma os alunos em receptores passivos, em vez de agentes ativos no processo de aprendizagem, limitando suas capacidades de questionar, inovar e

resolver problemas de forma criativa. Essa nada mais é do que “educação como prática de dominação” (Freire, 2016, p. 92).

Para que a educação cumpra efetivamente seu papel de formar cidadãos críticos e conscientes, é imprescindível uma reformulação do currículo educacional. Este novo currículo deve ser flexível e inclusivo, integrando múltiplas perspectivas e valorizando as diversas vivências dos estudantes. Uma educação verdadeiramente democrática e humanizadora deve promover o diálogo constante, incentivando a participação ativa e o pensamento crítico.

Ao repensar o currículo, seja da educação básica ou do ensino superior, é fundamental que ele reflita a complexidade do mundo atual e prepare os alunos para lidar com os desafios de forma ética e consciente. Apenas assim, conseguiremos formar indivíduos aptos a contribuir positivamente para uma sociedade mais justa e plural, onde todos possam exercer plenamente sua cidadania. “Um processo pedagógico que busca dar ao ser humano uma oportunidade de descobrir-se através da reflexão sobre a sua existência” (Oliveira, 2007, p. 224). Um currículo que não valoriza a realidade do aluno e as competências básicas de ensino, não formará indivíduos críticos.

Nessa direção, o ensino superior precisa fomentar a cultura, a ciência juntamente com a tecnologia, de forma a assegurar uma formação que permita o desenvolvimento profissional. Uma vez estabelecida, a base curricular interdisciplinar que favoreça o aprendizado de forma significativo, levando em consideração os pontos já citados, como vivências, cultura, leitura e escrita, essa ação servirá de base para que o aluno adentre o movimento estudantil, politizando-se para ocupar seu lugar em representações e assembleias acadêmicas por vontade própria.

## **4.2 O professor como gerador de transformação**

No processo educacional onde não há igualdade e equidade, os alunos sentem-se desestimulados e o papel que o professor desempenha é de extrema importância, pois através da sua metodologia e da relação que constrói com os alunos(as) ele pode instigá-lo ao pensamento crítico, tornando o seu aprendizado mais significativo e contextualizado.

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo,

resiliente, produtivo e responsável, requer muito mais do que o acúmulo de informações. É preciso possibilitar,

[...] o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades (Brasil, 2018, p. 14).

Sabemos que muitas vezes há uma discrepância quanto à realidade dos alunos e os conteúdos programáticos que são desenvolvidos nos cursos de graduação, o aluno não percebe significado em sua aprendizagem e se sente desestimulado, sem criticidade e senso investigativo, muitos evadem ou concluem seus cursos por mera necessidade social e financeira. Os currículos devem estar estruturados com foco na aprendizagem e na produção de conhecimento por parte do estudante e que para tal, as práticas pedagógicas devem privilegiar a experiência do indivíduo (Oliveira, 2020).

Nessa perspectiva, torna-se relevante que os professores lancem mão de metodologias que tornem os alunos mais ativos e responsáveis pelas suas aprendizagens, possibilitem a formação de sujeitos críticos e participativos em condições de contribuir ativamente para o exercício da cidadania e a mudança social. Sobre essa questão, Moran et al (2013 apud Azevedo e Jung, 2023, p. 05) analisam que,

[...] as tecnologias digitais, que por sua vez potencializam o uso de metodologias ativas, podem colaborar para o desenvolvimento de estudantes mais ativos e responsáveis pelas suas aprendizagens. Para isso, as práticas pedagógicas devem ser reformuladas pelos professores, uma vez que ao replicar métodos ultrapassados e defasados, os estudantes não serão impulsionados a desenvolverem um perfil protagonista (Moran et al 2013 apud Azevedo e Jung, 2023, p. 05)

O uso das tecnologias tem sido cada vez mais presente na vida dos sujeitos nos últimos anos. Através do acesso à internet, da utilização de aplicativos e plataformas de aprendizagens as formas de aprender tem se reconfigurado, bem como, impactado na maneira como as pessoas estão se comunicando e se relacionando socialmente. Frente a isso, as práticas pedagógicas necessitam ser ressignificadas e levar em consideração as transformações ocorridas historicamente. Sobre isso, corroboramos com Moran (2015 apud Azevedo e Jung, 2023, p. 13),

[...] se desejamos que os estudantes sejam proativos é necessário que os professores adotem metodologias diversificadas, que os engajem em atividades progressivamente mais complexas, as quais conduzem a tomada de decisão e a realização de escolhas. Desta forma, ao propiciar a diversidade metodológica e favorecer múltiplas vivências, o professor possibilita ao estudante novas experiências e engajamento em seu processo de aprendizagem (Moran, 2015 apud Azevedo e Jung, 2023, p. 13).

Compreendemos que, uma forma de tornar relevante e significativo os conteúdos a serem repassados aos alunos, é incluí-los em suas histórias de vida, como também, utilizar metodologias mais interativas e problematizadoras que os permitam tomar decisões, desenvolver plenamente suas potencialidades e se perceber como sujeito que também constrói sua história. E nesse processo os professores “são facilitadores de humanização autêntica na mais digna tarefa de fazer o ser humano sentir-se humano” (Trevisol, 2008, p.117).

O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e a sua prosódia. Está evitando que este possa ter um ensino eficiente, bem como o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno em todos os seus segmentos de aprendizagem (Freire, 2011 p. 43).

Logo, o professor é personagem principal como agente na transformação do aluno, é quem media o processo auxiliando no desenvolvimento pessoal, crítico, político e profissional do indivíduo para a convivência plena em sociedade. O professor é formador de opiniões no processo de mediação do conhecimento, ele não ensina o aluno a construir autonomia mas oferece meios para que ele a construa. Ou seja, "a competência não é um estado é um processo. Se a competência é um saber agir, como funciona ele? O operador competente é aquele que é capaz de mobilizar" [...] (Tardif; Lessard, 1991, p. 31)

### **4.3 Ações impulsionadoras do Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia para o fortalecimento do movimento estudantil**

O Curso de Pedagogia do Centro de Ciências de Codó, funciona no turno vespertino, na modalidade presencial, regime semestral. Tem como objetivo formar

profissionais para atuar nas áreas de docência da Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e em Gestão Educacional, sendo capaz de atuar em diversos espaços educativos e respondendo às diversas demandas e exigência de uma sociedade cada vez mais complexa (UFMA, 2023).

Para isso, é necessário enfrentar com criatividade e competência os desafios cotidianos, a partir do comprometimento com a melhoria da qualidade de ensino da nossa região e, conseqüentemente, do nosso país. Outrossim, formar profissionais da educação capazes de atuarem na sociedade de forma crítica/reflexiva em relação às questões decorrentes da desigualdade social.

Identificamos aqui uma preocupação do Curso de Pedagogia com uma educação democrática e igualitária para todos os alunos, se preocupa em desenvolver e estimular habilidades e competências que permitam lidar com as questões sociais e educacionais no exercício da profissão.

No que tange ao perfil do egresso, o curso de Pedagogia foca no desenvolvimento de várias competências e habilidades, aqui, buscamos destacar algumas que entendemos potencializar a construção de uma postura mais protagonista na representação estudantil universitária:

- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa; equânime, igualitária;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras. (UFMA, 2023, p. 20-22)

Tais competências e habilidades permitem a futuro pedagogo a formação de uma postura mais ampla, crítica e politizada acerca das situações educacionais e sociais em contexto. Propõe uma emancipação individual e coletiva que levem em consideração relações mais igualitárias, justas e humanas, como também a produção e democratização de conhecimentos socialmente significativos. Foca em uma formação pautada em práticas humanistas, de cunho solidário e éticos, que pense o licenciando em suas singularidades, constituídas/dos como seres históricos-sociais e culturais.

Quando analisamos a organização pedagógica do Curso através da análise do Projeto Político Pedagógico, identificamos o compromisso com os temas transversais enquanto conteúdos de exigência legal; a flexibilidade curricular que visa que os educandos adquiram os conhecimentos, as capacidades, as atitudes e os valores necessários à sua integração e à participação ativa e responsável na sociedade, bem como à construção de um projeto pessoal de vida; a relação teoria e prática (UFMA, 2023, p. 24-25).

Ao longo do Curso é exigido e possibilitado várias momentos e ações para que os alunos experienciem o ensino, a pesquisa e a extensão, as Atividades Curriculares Complementares (ACC), é um exemplo, correspondem a habilidades, conhecimentos, competências e atitudes adquiridas fora do ambiente escolar que visam ao enriquecimento do aluno, alargando o seu currículo com experiências e vivências acadêmicas internas ou externas ao curso (UFMA, 2023). Algumas das atividades extracurriculares que podem ser citadas são, Programa Residência Pedagógica, PIBID que são programas de iniciação a docência, Organização de eventos acadêmicos, Atividades relacionadas a Brinquedoteca, como alfabetização, leitura e jogos, e outros, todos esses projetos, os ajudaram em seu desenvolvimento pessoal e profissional.

As práticas de extensão contribuem expressivamente com o processo de formação cidadã do universitário, em especial quando oportuniza conhecimentos e recursos produzidos dentro da universidade para além de seus muros, beneficiando diretamente a sociedade, mas os projetos de expressão vêm sofrendo cortes, diminuindo o número de vagas e valor das bolsas, o que impossibilita mais práticas de extensão e chances de ingresso por parte dos estudantes. No curso são inúmeras as atividades voltadas para esse fim, atualmente, foram incluídas no PPC de 2023, as Unidades Curriculares de Extensão (UCEs) que focam em temas como: a) Educação Ambiental, Ciência e Sustentabilidade; b) Educação, Direitos Humanos e diferenças e c) História e Culturas Africanas, Afro-diaspóricas, Afro-brasileiras e Indígenas (UFMA, 2023).

É imprescindível a instituição de políticas institucionais que fomentem o protagonismo estudantil dentro da universidade. No curso de Pedagogia, temos alguns dispositivos legais que sustentam ações nessa perspectiva: Resolução Nº 421-CONSUN, 19 de julho de 2022 que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI) 2022-2026; Resolução de Nº 361-

CONSUN, 08 de novembro de 2021 que atualiza o Estatuto da Universidade Federal do Maranhão e a Resolução de Nº 416-CONSUN, 09 de maio de 2022 que atualiza o Regimento Geral da Universidade Federal do Maranhão. Conforme o PPC de 2023, algumas dessas ações estratégicas são:

**Política de iniciação à Academia** - Compreendendo a Semana Acadêmica Interdisciplinar – SEMACI como a semana de conhecimento preliminar dos estudantes ingressos acerca do ambiente acadêmico junto aos cursos de licenciatura ofertados pelo Campus VII Codó (Ciências Humanas – História, Ciências Naturais – Biologia e Pedagogia);

**Política de planejamento e avaliação - Semana Pedagógica e Planejamento Acadêmico** - um momento de discussão, reflexão e realinhamento entre coordenação, docentes, discentes e técnicos administrativos que compõem a Equipe Pedagógica do Curso;

**Política de incentivo à articulação entre ensino, pesquisa e extensão** – programas e projetos e grupos de pesquisa coordenados pelos docentes;

**Política de formação continuada** - Curso de Especialização em Língua Portuguesa e Matemática, atualmente regulamentado pela Resolução CONSEPE 1796/2018 (UFMA, 2023, p. 42-45).

Como já destacado em momentos anteriores é importante o fortalecimento do movimento estudantil nas instituições de ensino superior, uma vez que através dele é possível estabelecer ambientes democráticos e indivíduos politizados, agentes de transformação social. Para que tais práticas se tornem legítimas, torna-se necessário a existência de ações de apoio aos discentes, algumas delas advém do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, cujo objetivos, conforme Art. 2º:

I - Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III- reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV- contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, p.1).

O Centro de Ciências de Codó (CCCO), segue também as diretrizes do Programa de Permanência Estudantil (PPE) da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil-PROAES. As ações envolvem a equipe multidisciplinar, formada por profissionais da Psicologia, Serviço Social e Técnico em Assuntos Educacionais. Dentre as ações integradoras do Programa de Permanência Estudantil destacam-se a concessão de auxílios e bolsas, regulamentadas em edital, e a execução de Programas, Projetos e Subprojetos Institucionalizados. As ações assistenciais são permanentes e se desenvolvem em áreas prioritárias como, moradia, alimentação, transporte e educação (auxílio creche) (UFMA, 2023).

Um espaço estratégico e de importante representação estudantil trata do Colegiado do Curso de Pedagogia, ele é o órgão consultivo e deliberativo, que planeja, acompanha e avalia as atividades do respectivo Curso, é composto por todos os docentes, a Secretária e por um representante de cada turma.

Outra instância que se encontra em implementação é o Centro Acadêmico de Pedagogia – CA, órgão que permitirá maior participação discente e formação de lideranças. Algumas de suas funções consistem na elaboração de atividades culturais, esportivas e acadêmicas, a organização de demandas dos estudantes e participação ativa nas atividades do Curso.

Apesar de haver caminhos que favoreçam a o momentos estudantil, também existem desafios a serem superados, como falta de estrutura para a organização dos estudantes, como uma sala exclusiva para a os integrantes dos centros acadêmicos se reuniram, falta de verbas e materiais para a organização de atividades culturais, esportivas e acadêmicas, além da falta de interesse dos estudantes e ações em conjunto com os professores para incentivar a participação e efetiva-las.

## 5. DISCUTINDO OS DADOS

O centro Acadêmico de Pedagogia, possui onze integrantes, sendo alguns deles representes de turma de seus respectivos períodos, logo, buscou-se trabalhar com esses alunos, pois estes possuem vivências tanto só C.A quanto na representação estudantil de classe. Aqui apresentaremos as percepções dos representantes estudantis (líderes e vice-líderes) dos 2º, 4º, 6º e 8º períodos do Curso de Pedagogia sobre em que medida o movimento estudantil pode se apresentar como espaço de construção da democracia e da autonomia.

Utilizaremos nomes fictícios para identificar os sujeitos da pesquisa, sendo eles R2, RF2, R4, R6, RF6 e RF8. O **R** refere-se a representante, os números **2,4,6 e 8** ao período e o **F** refere-se a representação feminina.

Nos propomos inicialmente em conhecer o perfil dos sujeitos da pesquisa, o qual conta no quadro que segue:

### **Quadro 01** – Perfil dos representantes estudantis do Curso de Pedagogia/CCCO

Nome	Sexo	Período	Atuação	Período
<b>R2</b>	Masculino	2º período	Líder	1 ano
<b>RF2</b>	Feminino	2º período	Vice-líder	1 ano
<b>R4</b>	Masculino	4º período	Líder	2 anos
<b>R6</b>	Masculino	6º período	Líder	1 ano e 6 meses
<b>RF6</b>	Feminino	6º período	Vice-líder	2 anos
<b>RF8</b>	Feminino	8º período	Vice-líder	1 ano

**Fonte: Dados da pesquisa 2024**

Observamos que dos 06 (seis) discentes que responderam o questionário, 03 (três) são do sexo feminino e 03 (três) do sexo masculino. Tivemos representantes de todos os períodos do Curso, dentre eles: 03 (três) líderes e 03 (vice-líderes). Observamos que todos já tem ao menos um ano que estão como representantes estudantis.

Buscamos entender qual a *motivação que os(as) levou a assumir a representação estudantil em suas turmas*, obtivemos a seguintes respostas:

**R2** – “Sempre me dei bem em liderar, mediar e resolver conflitos com pessoas.”

**RF2** – “Desejo de fazer a diferença, querer impactar positivamente a experiência escolar dos colegas e defender seus interesses.”

**R4** – “A líder anterior decidiu sair do cargo e eu decidi experimentar para saber como seria representar uma turma na universidade”

**R6** – “Poder ter um papel de liderança e influencia em sala”

**RF6** – “Ninguém da turma queria assumir essa liderança”

**RF8** – “A motivação para assumir a representação estudantil da minha turma surgiu do desejo de contribuir para a melhoria do ambiente acadêmico e para a representação das necessidades e interesses dos colegas. A vontade de desenvolver habilidades de liderança e comunicação, além de criar um espaço onde todos pudessem se expressar e colaborar, também foram fatores decisivos.”

Entendemos a partir das falas, que assumir a liderança de um grupo é um processo que exige muitas habilidades, ela não surge de uma hora para outra, muitas vezes está ligada a vivências construídas anteriormente, é necessário mobilizações

social ou política que envolvam os estudantes dentro ou fora da universidade. Notamos que alguns entendem o protagonismo e o movimento estudantil como “chave de transformação” (grifo nosso), ou seja, um propósito de atividade para o bem ou movimento coletivo, a exemplo de RF2, RF8, já para R4 e RF6 essa motivação ocorreu pela necessidade de o cargo ter que ser preenchido.

Logo, é notável a percepção de liderança por parte de alguns, nem todos tem a mesma visão, RF6 destaca: “ninguém da sala queria assumir essa liderança”. A falta de criticidade, politização, busca por um melhor desempenho acadêmico e na maior parte do tempo o comodismo, faz com que muitos alunos não se interessem por movimentos ou ações estudantis. Parte dos alunos(as) que estão desmotivados não são ou nunca foram incentivados a assumirem cargos de lideranças, muitos oriundos de uma realidade economicamente excluída, conhecidas como “classes dominadas”. Sobre isso Bwoles; Gintis (1970, p. 33 apud Silva, 2021 47) explica que,

As escolas dirigidas aos trabalhadores subordinados tendem a privilegiar relações sociais nas quais, ao praticar papéis subordinados, os estudantes aprendem a subordinação. Em contraste, escolas dirigidas aos trabalhadores dos escalões superiores tendem a favorecer a relações sociais na quais os estudantes têm a oportunidade de praticar atitudes de comando e autonomia (Bwoles; Gintis, 1970, p. 33 apud Silva, 2021 47).

Interessante identificar em R2 que “liderar, mediar e resolver conflitos com pessoas” consistem em características significativas para estar representante de um grupo. Muito positivo perceber em R2 o “desejo de fazer a diferença, defender interesses dos colegas” e RF8 “vontade de desenvolver habilidades de liderança e comunicação”. Entendemos assim como Gruber (2001, p. 18) que:

Liderar significa compartilhar objetivos, ouvir sugestões, delegar poder, informar, debater, mobilizar esforços, transformar grupos em verdadeiras equipes. Consequentemente, o incentivo ao crescimento de pessoas torna-se pressuposto cada vez mais necessário, importante e valorizado. [...] o líder promove a verdadeira gestão participativa que amplia a interação com a sociedade. Como consequência, ocorre o aumento da competência profissional de cada colaborador

Com essa afinação, é perceptível observar um breve recorte, enquanto um contexto de estudantes é “treinado” para comandar e dar ordem, a outra parte é “treinado” a receber ordens e serem subordinados. Logo, dentro do contexto universitário observa-se duas visões, os alunos que despertam e tentam ir à luta por

direitos individuais e coletivos e os que permanecem em situações cômodas e distantes das situações de conflito.

Em seguida, buscamos saber *de que forma o movimento estudantil pode mobilizar os alunos para a construção de uma postura crítica e política no contexto universitário*. Os discentes pontuaram as seguintes respostas.

**R2:** “Incentivando uma maior participação dos discentes em comissões acadêmicas, conselhos estudantis e outras instâncias decisórias, para que os alunos possam influenciar as políticas e práticas institucionais”;

**RF2:** “Fomento ao Debate. O movimento estudantil pode organizar debates, palestras e mesas-redondas sobre temas relevantes, incentivando os alunos a refletirem sobre questões sociais, políticas e econômicas”;

**R4:** “O movimento estudantil tem um papel crucial na formação de uma postura crítica e política dentro do contexto universitário. Para mobilizar os alunos nesse sentido, é fundamental que ele se concentre em ações que promovam a reflexão, o debate e a participação ativa”;

**R6:** “Dar relevância ao papel do aluno na instituição”;

**RF6:** “Ao nos posicionar, buscamos visibilidade”;

**RF8:** “O movimento estudantil pode mobilizar os alunos para a construção de uma postura crítica e política no contexto universitário por meio de diversas estratégias. Primeiro, ao promover a educação e formação política, organizando workshops, palestras e debates sobre temas sociais e políticos. Criar espaços de discussão, como fóruns e grupos de estudo, permite que os alunos debatam e reflitam sobre ideias, tornando um ambiente de troca de conhecimento”.

As respostas obtidas, apontam as articulações que são alcançadas e possíveis através do protagonismo estudantil. Sobre isso, Freire (2006, p. 98) analisa que “o ambiente educacional pode se constituir num dos espaços fundamentais para que os seres humanos exercitem práticas de emancipação individual e coletiva”. Ou seja, dentro da instituição, o discente encontra em suas ações, as habilidades para desenvolver um bom papel social e profissional.

Muito relevante observar em R4 que “o movimento estudantil tem um papel crucial na formação de uma postura crítica e política dentro do contexto universitário”

e RF2, quando entende que o movimento estudantil “incentiva os alunos a refletirem sobre questões sociais, políticas e econômicas”. Sobre essas reflexões, compreendemos assim como Freire (1996, p. 77) que,

[...] ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade”, ou seja, não há neutralidade na educação, nas políticas educacionais, nos discursos do docente, para isso é preciso uma formação política com discernimento crítico onde o movimento estudantil é um espaço militante para esta formação (Freire, 1996, p. 77)

Importante destacar na análise de Freire que a educação não consiste um ato neutro, ela constitui um processo formativo que visa uma formação crítica capaz de transformar pessoas e o contexto em que elas estão inseridas. O movimento estudantil exerce de certa forma o papel formativo que implica na condição do humano consciente.

Continuamos questionando *se a educação básica estimula e proporciona o engajamento dos estudantes nos movimentos estudantis*. Obtivemos as seguintes posições:

**R2:** “Acredito que não, pois não tive essa experiência e nem conheço pessoas que tenham tido”;

**RF2:** (não respondeu);

**R4:** “É um tema complexo e a resposta não é simples! A educação básica tem um papel crucial na formação de cidadãos engajados, mas o quanto ela estimula diretamente o engajamento em movimentos estudantis é algo que depende de diversos fatores”;

**R6:** “sim”;

**RF6:** “Não, a educação básica só quer formar trabalhadores”;

**RF8:** “Não. Apesar de ter um grande potencial de estimular o engajamento dos estudantes em movimentos estudantis, a educação básica ainda foca muito em conteúdos acadêmicos e avaliações padronizadas, com menos ênfase em práticas de engajamento de estudantes”.

Com base nas respostas, podemos perceber que existe na fala da maioria, um consenso sobre a educação não estimular e proporcionar como deveria o

protagonismo estudantil, muito bem salientado na fala de RF6 - “Não, a educação básica só quer formar trabalhadores” e R2, “Acredito que não, pois não tive essa experiência e nem conheço pessoas que tenham tido.” Essas falas falam da deficiência da educação básica e do seu currículo escolar, “as escolas dirigidas aos trabalhadores subordinados tendem a privilegiar as relações sociais nas quais, ao praticar papéis subordinados, os estudantes aprendem a subordinação” (Silva, 2021, p. 31). Isso quer dizer que a escola através do currículo faz com que os estudantes aprendam normas em sua maioria, apenas dos locais de trabalho para o próprio mercado de trabalho (Gintis, 1970 apud Silva, 2021).

A posição da discente R2 retrata os desafios postos à educação básica de superação de práticas formativas que necessitam priorizar formação política, dar voz aos alunos desde suas primeiras experiências escolares, impulsionar a autonomia e o poder de tomada de decisões. Buscamos uma reflexão em Althusser (1970, p. 31 apud Silva, 2021, p. 46) quando analisa que “a ideologia atua de forma discriminatória: ela inclina as pessoas das classes subordinadas à submissão e à obediência, enquanto as pessoas das classes dominantes aprendem a comandar e a controlar.” Essa ideia salienta um contraste educacional muito comum no Brasil entre escolas públicas e particulares. Torna-se necessário, criar oportunidades para que os estudantes assumam papéis de liderança em atividades escolares, como mediadores de debates e organizadores de momentos formativos.

Prosseguimos problematizando sobre as *contribuições da sua trajetória como representantes em relação a sua formação pessoal, acadêmica e profissional*. Os mesmos pontuaram que:

**R2** – “Ainda não tive muitos feitos, pois ainda estou no começo, mas, estou sempre disposto a lutar por tudo que minha turma deseja e têm direito”;

**RF2** – “Desenvolvimento de habilidades de liderança. Ser representante estudantil oferece a oportunidade de liderar grupos, organizar eventos e coordenar ações, o que ajuda a desenvolver habilidades essenciais de liderança”;

**R4** – (não respondeu);

**R6** – “Muita dor de cabeça”;

**RF6** – “Espírito de liderança”;

**RF8** – “Como representante estudantil, minha formação pessoal, acadêmica e profissional foi significativamente enriquecida. Desenvolvi habilidades de liderança e gestão, aprimorei minha capacidade de comunicação, e adquiri habilidades organizacionais ao planejar eventos e campanhas. Além disso, a experiência me ajudou a analisar criticamente questões acadêmicas e sociais e a construir uma rede de contatos, que são valiosos para a minha futura carreira.”

São diversos os benefícios que o protagonismo e o movimento estudantil podem trazer ao discente, tanto pessoal, social e profissional, uma vez que as relações sociais, se pautam na comunicação, na criatividade, no trabalho em equipe, e resolução de problemas. Para Silva (2009 p.3) “[...] o protagonismo é uma relação dinâmica entre formação participação, responsabilidade e criatividade como mecanismo de fortalecimento da perspectiva de educação para a cidadania [...]”. Compreendemos a partir do autor que o estudante protagonista está em constante desenvolvimento, sendo esta uma característica que é um pré-requisito para que possa desempenhar um papel autônomo e dinâmico na sociedade.

Nessa perspectiva compreendemos o Movimento Estudantil como uma mobilização social, onde os debates devem acontecer nos espaços educacionais, objetivando promover discussões críticas e a articulação dos discentes frente à questões sociais, econômicas, políticas e ambientais.

Uma fala que nos alertou foi a R6, ao afirmar que assumir a representação estudantil, “dar dor de cabeça”. Aqui, compreendemos o quão é importante o incentivo ao protagonismo estudantil como compromisso de todos desde a educação básica, esse movimento não deve ser de responsabilidade de uma minoria, mas objetivo coletivo. É preciso que nas relações de aprendizagem, as metodologias de ensino valorizem o desenvolvimento da criatividade, autonomia e reflexão crítica, o ato de educar e aprender deve se tornar prazeroso e eficaz. O olhar sensível do professor se faz imprescindível nesse momento, assim, é capaz de permitir a formação de sujeitos de valores, atitudes e capaz de construir seus conhecimentos para si para os outros.

Procuramos compreender *quais eram os principais desafios enfrentados no processo de liderança no Curso de Pedagogia*. As respostas obtidas foram as seguintes:

**R2** – “Conseguir fazer todos tomarem decisões em consenso.”

**RF2** – “Diversidade de Opiniões: Em um curso como a Pedagogia, onde há uma variedade de perspectivas e abordagens educacionais, pode ser desafiador mediar e integrar diferentes opiniões e ideias dos colegas.”

**R4** – “Convencer a turma a tomar certas decisões para um bem maior”

**R6** – “Ter sempre um papel de influência e padrão modelo de aluno.”

**RF6** – “Responsabilidade e compromisso”

**RF8** – “No processo de liderança no curso de Pedagogia, enfrenta-se vários desafios como a gestão de conflitos entre alunos e professores, a necessidade de manter o engajamento dos colegas em atividades acadêmicas, e a dificuldade de equilibrar responsabilidades de liderança com as demandas dos estudos.”

Considerando as respostas, elas reforçam o que diz Costa (2000), que considera o protagonismo juvenil como uma proposta pedagógica de atuação de adolescentes como personagens principais de uma iniciativa de ações voltadas para a solução de problemas reais de sua comunidade. Com isso, o movimento Estudantil, busca e promove ações diretas para buscar compreender os fatores que impulsionam a resolução de problemas para o bem coletivo. Ressaltamos aqui a declaração dos discentes R2, R4 sobre o desafio de “tomar decisões” e da maioria dos sujeitos da pesquisa a respeito de “divergências de opiniões”. Temos aqui, algumas das principais habilidades necessárias à formação de sujeitos protagonistas, que pensam sua realidade dentro de um contexto dinâmico e complexo. Moran (2015, p. 15) nos permite pensar sobre isso quando discute que,

As instituições educacionais atentas às mudanças escolhem fundamentalmente dois caminhos, um mais suave - mudanças progressivas - e outro mais amplo, com mudanças profundas. No caminho mais suave, elas mantêm o modelo curricular predominante – disciplinar – mas priorizam o envolvimento maior do aluno, com metodologias ativas como o ensino por projetos de forma mais interdisciplinar [...]. Outras instituições propõem modelos mais inovadores, sem disciplinas, que redesenham o projeto, os espaços físicos, as metodologias, baseadas em atividades, desafios, problemas, onde cada aluno aprende no seu próprio ritmo e necessidade e também aprende com os outros [...] (MORAN, 2015, p. 15).

O autor nos permite evidenciar a importância do aluno protagonista ser instigado a desenvolver a curiosidade, o interesse e a motivação pela resolução de

problemas oriundos das necessidades individual, educacional e social, o desafio implica provocá-lo a se desprender da zona de conforto, desacomodá-lo. “[...] O protagonismo é uma relação dinâmica entre formação, conhecimento, participação, responsabilização e criatividade como mecanismo de fortalecimento da perspectiva de educar para a cidadania [...]” (Silva, 2009, p. 3). Compreendemos nessa perspectiva, que o aluno está em constante desenvolvimento e aprendizagem.

Finalizamos solicitando que os estudantes *apontem melhorias para o movimento estudantil no Curso de Pedagogia*.

**R2** – “Oferecer cursos e/ou treinamentos sobre liderança, organização e habilidades de comunicação para fortalecer a capacidade de liderança e atuação dos representantes estudantis”;

**RF2** – “Espaços de Diálogo: Criar reuniões regulares para discutir as necessidades e preocupações dos alunos, promovendo um ambiente de escuta e colaboração”;

**R4** – (não respondeu);

**R6** – “Hummm”;

**RF6** – “Seremos reconhecidos”;

**RF8** – “Para melhorar o movimento estudantil no Curso de Pedagogia, é essencial fortalecer a comunicação, garantindo que todos os alunos possam expressar suas opiniões e participar das decisões. Incentivar a participação ativa dos alunos em papéis de liderança e projetos. Promover atividades culturais e acadêmicas, como eventos e debates”.

Vimos que as propostas lançadas pelos discentes, compreendem ações potencializadoras para a luta do movimento estudantil. A maioria chama atenção para a necessidade da comunicação, do diálogo, a oferta de momentos formativos sobre liderança, protagonismo, educação pública, dentre outros. É necessário buscar meios de trazer os alunos para junto da organização institucional, resgatando sua capacidade de mobilizar e questionar, preparando-os para a tomada de decisões e participação coletiva. Cabe à escola de educação básica e à universidade, orientar os caminhos a serem percorridos para a conquista da democracia, já que esses são espaços por excelência, responsáveis em proporcionar essa formação. Dessa forma, podemos “assegurar a construção de uma sociedade ideal e dizer que a

escola/universidade cumpriu o seu papel da dimensão política da educação (Bianco, 2008, p. 18)

Uma vez alinhados os canais de comunicação entre estudantes, professores e instituição, as ações coletivas serão impactantes para a realidade da comunidade acadêmica e local, de forma a beneficiá-los na vida profissional, pessoal, institucional.

“R4” não respondeu a questão, enquanto “R6” respondeu “hummm”, isso reflete a falta de significado em ser representante, segundo Costa (2000), o protagonismo estudantil é um maneira de reconhecer a participação dos jovens, assim como um direito é um dever. Cabe aos jovens se posicionarem, as respostas servem como medida para os professores terem noção de seus pontos de vista e buscarem melhorar o ambiente acadêmico em conjunto com os discentes.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa buscou analisar o movimento estudantil no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão do Centro de Ciências de Codó, mostrou a importância desse movimento como uma ação transformadora no ambiente acadêmico. Através de uma análise aprofundada sobre o papel do estudante enquanto agente de mudança, o estudo reforça a relevância de fomentar a participação ativa dos discentes em decisões institucionais e na defesa de seus direitos.

No que tange à questão problematizadoras inicial que tratou de saber, “quais as concepções existentes sobre o movimento estudantil no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão/CCCO, pudemos identificar que tais concepções perpassam por vários olhares que são construídos a partir da realidade de vida e estudantil bem distintas dos participantes da pesquisa. Partindo da questão norteadora, os objetivos da pesquisa foram plenamente alcançados, pois foi possível identificar e discutir as concepções dos estudantes acerca do protagonismo e diferentes contextos que os permeiam.

Para que o cerne dessa discussão fosse atingido, foi necessário entender a origem do movimento Estudantil no Brasil, de forma a percebermos sua importância histórica e social. A educação no Brasil, há muito, necessitava de apoio e principalmente no período da Ditadura militar em 1964, ficou sobre ataques constantes

e ações veladas, violentas e contra a censura. Às duras penas, os estudantes mobilizaram ações coletivas como protestos e manifestações em defesa da democracia. Para que hoje pudéssemos nos expressar política, crítica e reflexivamente, foi necessário a luta ferrenha de muitos estudantes inseridos nesse movimento. Por isso, buscar a compreensão do contexto histórico em nosso país é imprescindível como para a busca e luta por extremamente coletivas e legítimas.

As ações executadas dentro da universidade, incluem uma maior articulação entre estudantes e professores, promovendo um ambiente de diálogo e cooperação, além de políticas que estimulem a participação ativa dos discentes em atividades acadêmicas e culturais. As instituições de ensino superior, possibilitam aos estudantes maior autonomia para a transformação de um ambiente mais democrático e humanizador através das ações dos Centros Acadêmicos (C.A) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Contudo, ainda há desafios significativos, como a falta de incentivo na educação básica e a pouca valorização do papel do aluno nas instituições, pontos que merecem atenção para o fortalecimento do movimento.

A partir dos dados analisados, a pesquisa evidenciou que o movimento estudantil não apenas enriquece a formação pessoal e profissional dos estudantes, mas também contribui para o desenvolvimento de habilidades como liderança, crítica e comunicação. Apesar dos grandes benefícios do movimento estudantil no processo de protagonismo do estudante, ainda faltam a efetivação de atos que incentivem a participação dos estudantes nas atividades estudantis e as ações sugeridas, incluem uma maior articulação entre estudantes e professores, promovendo um ambiente de diálogo e cooperação, além de políticas que estimulem a participação ativa dos discentes em atividades acadêmicas e culturais.

Embora tenha sido rica em contribuições, a pesquisa não conseguiu abranger profundamente as barreiras institucionais que dificultam o pleno exercício do protagonismo estudantil, apontando essa área como um potencial campo para investigações futuras. Essas lacunas podem fornecer subsídios trazendo ainda mais contribuições para estudos que explorem formas mais efetivas de integrar os alunos em processos decisórios e em práticas de liderança desde os primeiros anos de formação acadêmica

O desenvolvimento dessa pesquisa, assim como as ações vivenciadas, foram marcantes para a minha vida. Apesar dos desafios, tais como falta de recursos financeiros, engajamentos dos estudantes, sobrecarga emocional, a mobilização de

participantes e o tratamento de um tema tão vasto e outros, o processo foi enriquecedor, promovendo crescimento pessoal e acadêmico, refletindo no profissional, além de consolidar a compreensão sobre a relevância do movimento estudantil na formação de cidadãos mais conscientes e ativos.

Concluimos, reafirmando necessidade do compromisso político dos estudantes, afim de fortalecer o movimento estudantil, atuando como uma força de mobilização para a defesa de direitos e melhoria das condições de ensino, além de ser um espaço de formação política e social. Ao lutar por uma educação mais inclusiva e de qualidade, o movimento estudantil contribui para o fortalecimento da democracia e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, influenciando diretamente na criação de políticas públicas e na transformação do ambiente acadêmico.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Thereza; CAMARGO, Rubens Barbosa de. **A gestão democrática na Constituição Federal de 1988**. 3ª Ed. São Paulo: Xamã, 2007.

ARAÚJO, Maria P. N. **Memórias Estudantis 1937 – 2007**: Da fundação da UNE aos nossos dias. 1ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARRUDA, Juliana Silva et al. Tecnologias digitais e o processo de protagonismo estudantil no Ensino Fundamental. In: **Anais do Workshop de Informática na Escola**. 2017. p. 578-587.

ASSUMAN, H. **Reencarnar a educação**: rumo a sociedade aprendente. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BARBOSA. C. L. **A Educação Física Escolar**: as representações sociais. Rio de Janeiro; Shape: 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2016.

BAZARRA, Lourdes. **Ser professor e dirigir professores em tempos de mudanças**. São Paulo: Paulinas, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre o ensino superior no Brasil. Rio de Janeiro: Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-Abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 outubro 2024.

BRASIL. **Decreto nº 37.613, de 19 de Julho de 1955**. Regulamenta a constituição dos órgãos de representação do corpo docente e suas relações com a direção dos institutos de ensino superior. Presidência da República: Rio de Janeiro, 1955. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37613-19-julho-1955-336268-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 outubro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Poder Executivo, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

Bruner, Jerome. **A cultura da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 62 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Antônio Carlos da Costa. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e Participação democrática**. Salvador, Fundação Odebrecht, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia**, Resolução 2.980/CONSEPE, 12 de junho de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAN, José Manuel. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2007.

MOREIRA, A F. & SILVA, T. T. "Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução". In: Moreira, A F. & Silva, T. T. (org.). **Currículo, Cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo/Brasília: Cortez/UNESCO, 2002.

OLIVEIRA, Paulo César; CARVALHO, Patrícia de. **A intencionalidade da consciência no processo educativo segundo Paulo Freire**. Paidéia, v. 37, n. 17, 2007, p. 219-230.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil**. Londrina: EDUEL, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. Ed.; 13. Reimp., Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011

TREVISOL, Jorge. **Educação transpessoal: um jeito de educar a partir da interioridade**. São Paulo: Paulinas, 2008.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: **Planejamento e métodos**. Porto Alegre, Bookman editora, 2015.

## **APÊNDICE 01 – QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO APLICADO COM OS REPRESENTANTES E VICE-REPRESENTANTES DE TURMAS DO CURSO DE PEDAGOGIA/CCCO**

### **1.Sexo**

( ) Masculino

( ) Feminino

### **2.Turma**

( ) 2º período

- ( ) 4º período
- ( ) 6º período
- ( ) 8º período

3. Indique sua atuação na representação da sua sala de aula.

( ) Líder ( ) Você líder

4. Quanto tempo você está na representação de sua turma

5. O que o/a motivou a assumir a representação estudantil da sua turma?

6. Na sua opinião de que forma o movimento estudantil pode mobilizar os alunos, para a construção de uma postura crítica e política no contexto universitário?

7. Você acha que a educação básica estimula e proporciona o engajamento dos estudantes nos movimentos estudantis? Justifique!

8. Aponte algumas contribuições da sua trajetória como representante estudantil, para a sua formação pessoal acadêmica e profissional.

9. Quais os principais desafios enfrentados no seu processo de liderança no curso de Pedagogia?

10. Aponte contribuições para melhoria do movimento estudantil no curso de Pedagogia.